



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARCELO LUIZ DE ANDRADE SANTO**

**O BRASIL E A AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA COMPARATIVA  
DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A  
AMÉRICA LATINA NOS ANOS 2010 (GOVERNO LULA) E 2020 (GOVERNO  
BOLSONARO)**

**JOÃO PESSOA  
2023**

**MARCELO LUIZ DE ANDRADE SANTO**

**O BRASIL E A AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA COMPARATIVA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A AMÉRICA LATINA NOS ANOS 2010 (GOVERNO LULA) E 2020 (GOVERNO BOLSONARO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jenifer Queila de Santana.

**JOÃO PESSOA**  
**2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237b Santo, Marcelo Luiz de Andrade.

O Brasil e a América Latina [manuscrito] : uma análise descritiva comparativa da política externa brasileira e da opinião pública sobre a América Latina nos anos 2010 (Governo Lula) e 2020 (Governo Bolsonaro) / Marcelo Luiz de Andrade Santo. - 2023.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Jenifer Queila de Santana, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Política externa brasileira. 2. Opinião pública. 3. América Latina. I. Título

21. ed. CDD 327.81

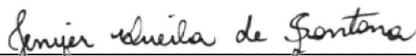
MARCELO LUIZ DE ANDRADE SANTO

**O BRASIL E A AMÉRICA LATINA: uma análise comparativa descritiva da política externa brasileira e da opinião pública sobre a América Latina nos anos 2010 (Governo Lula) e 2020 (Governo Bolsonaro)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 29/ 06/ 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Jenifer Queila de Santana (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Anna Beatriz Leite Henrique de Lucena  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. POLÍTICA EXTERNA (BRASILEIRA).....</b>	<b>7</b>
<b>3. OPINIÃO PÚBLICA.....</b>	<b>9</b>
<b>4. RELAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....</b>	<b>11</b>
<b>5. AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>13</b>
<b>6. MÉTODO.....</b>	<b>14</b>
<b>7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>7.1 POLÍTICA EXTERNA VOLTADA À AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>14</b>
<b>7.2 OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>18</b>
<b>8. CONCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

**O BRASIL E A AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA COMPARATIVA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A AMÉRICA LATINA NOS ANOS 2010 (GOVERNO LULA) E 2020 (GOVERNO BOLSONARO)**

**BRAZIL AND LATIN AMERICA: A COMPARATIVE DESCRIPTIVE ANALYSIS OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY AND PUBLIC OPINION ABOUT LATIN AMERICAN IN THE YEARS 2010 (LULA'S GOVERNMENT) AND 2020 (BOLSONARO'S GOVERNMENT)**

Marcelo Luiz de Andrade Santo

**RESUMO**

A presente pesquisa investigou a Política Externa Brasileira de Lula e Bolsonaro (2010 e 2020) voltada à América Latina, relacionando-as com a Opinião Pública sobre a América Latina dos respectivos anos, com o objetivo de analisar se ambas as áreas de estudo do campo das Relações Internacionais caminharam juntas ou se, como defendido por Lippmann (1922), a opinião pública não foi capaz de influenciar nas tomadas de decisões. Dessa forma, a pesquisa consiste em uma análise qualitativa de dados qualitativos e quantitativos, uma vez que foi realizada por meio de uma análise de discursos presidenciais e de dados sobre a opinião pública retirados do Banco de Dados Latinobarómetro. Ao decorrer da pesquisa, notou-se convergências e divergências entre a opinião pública e a Política Externa empenhada pelos diferentes Presidentes. Com o passar de uma década, apesar da política externa ter mostrado um afastamento para com a região, a opinião pública optou por uma maior aproximação regional.

**Palavras-chave:** política externa, opinião pública, América Latina.

**ABSTRACT**

The present research investigated the Brazilian Foreign Policy of Lula and Bolsonaro (2010 and 2020) focused on Latin America, relating them to Public Opinion about Latin America of the respective years, with the objective of analyzing whether both areas of study in the field of International Relations walked together or if, as advocated by Lippmann (1922), public opinion was not able to influence decision-making. Thus, the research consists of a qualitative analysis of qualitative and quantitative data, since it was carried out through an analysis of presidential speeches and data on Public Opinion taken from the Latinobarómetro database. In the course of the research, convergences and divergences between public opinion and the Foreign Policy committed by the different Presidents were noted. Over the course of a decade, although foreign policy has shown a distancing toward the region, public opinion has opted for greater regional approximation.

**Keywords:** foreign policy, public opinion, Latin America

## 1. INTRODUÇÃO

A Política Externa (PEX), tema bastante visto e discutido nas disciplinas de Relações Internacionais, vem recentemente, no cenário brasileiro, ganhando mais espaço nos debates fora do meio acadêmico, como em campanhas e em discursos eleitorais, criando expectativas no público sobre a atuação dos candidatos à presidência nesse tema. Contudo, como apontado por Ramalho (2023), os resultados dessa ampliação de debate serão mais bem observados a longo prazo.

Já a Opinião Pública (OP) “se encontra em todos os assuntos da sociedade” (FERNANDES; ROSA, 2018, p. 2) sendo capaz até de gerar grandes revoluções sociais. Uma vez que ela é, como defendida por Augras (1978, p. 12), “o sentimento do povo”, além de estar presente no dia a dia, a opinião pública pode ser vista como as crenças e atitudes de uma determinada população, desde que seja consenso para a maioria, e pode afetar nas tomadas de decisões dos atores estatais, uma vez que estes buscam a aprovação popular.

Ao ter em vista esses fatos, a presente pesquisa analisa a relação da opinião pública e Política Externa Brasileira (PEB) em relação à América Latina, comparando ambas as áreas, nos anos de 2010 - durante o governo Lula - e 2020 - governo Bolsonaro -, com a finalidade de investigar se houve divergências ou convergências entre o que os brasileiros concordavam e as medidas tomadas na Política Externa dos respectivos governos.

Os períodos em específico foram escolhidos devido à literatura já afirmar que há uma ruptura entre as políticas externas de tais governos (SPEKTOR, 2019) (ORTEGA; RIZZI, 2020), porém não especifica se a decisão, tanto de aproximação como de afastamento para com a América Latina, estava de acordo com a OP. A escolha específica de 2010 e 2020 se dá mais pelo fato de se analisar o salto de uma década, e em se tratando dos dados disponíveis, por levar em conta que Banco de Dados focados na mensuração da opinião pública não abrangerem todos os anos dos governos em questão - Lula (2007-2010) e Bolsonaro (2019-2022), por aplicarem a pesquisa em um ano específico. O trabalho possui uma abordagem qualitativa, uma vez que buscará, a partir dos dados disponibilizados pelo *Latinobarómetro*, identificar a opinião pública sobre o tema da América Latina e relacioná-la com a Política Externa analisada a partir dos discursos presidenciais.

Sendo assim, o presente trabalho encontra-se dividido em oito seções, sendo esta a primeira. As duas seções seguintes, expõem os conceitos e contextos históricos das principais áreas abordadas nesta pesquisa, a Política Externa Brasileira e a Opinião Pública, respectivamente, compreendendo o referencial teórico. A seção subsequente, a quarta, descreve o contexto histórico sobre o estudo da relação entre os termos PEX e OP, explorando as diferentes teorias vistas por autores, como Lippmann (1922), Almond (1950) e Zaller (1992), trazendo uma maior familiaridade e explicação de porquê estudar essa relação. A quinta seção, por sua vez, apresentará um contexto histórico sobre a América Latina, principal objeto de estudo, a fim de introduzir e aclarar a importância que a região possui para o Brasil, como um todo, e principalmente a relação (ou sua falta) entre PEX e OP. Na sexta seção, será exposto o método que a pesquisa utilizará para obter suas conclusões.

Já a seção sétima, responsável pela apresentação dos resultados e discussão da pesquisa, divide-se em duas partes, onde primeiramente serão analisadas algumas ações<sup>1</sup> dos governos

---

<sup>1</sup> Tais ações referem-se à análise de 10 discursos, sendo eles: 2 discursos proferidos no dia da posse por cada presidente, 1 discurso realizado por cada presidente na Assembleia Geral da ONU, 1 discurso realizado por cada presidente na Cúpula do Mercosul, 1 discurso realizado por cada presidente em reuniões internacionais com o objetivo de desenvolvimento na América Latina, as viagens presidenciais realizadas por cada presidente durante o ano e a participação que o país tinha com organizações com países da região.

Lula - com um maior foco no ano de 2010 - e Bolsonaro - com o foco no ano de 2020 -, e na segunda parte a opinião pública, buscando proximidade entre tais áreas.

Por sua vez, os dados analisados e discutidos levam à oitava e última seção, que compreenderá a conclusão. Em suma, os resultados mostram que enquanto no ano de 2010 a opinião pública e a Política Externa Brasileira relacionadas à América Latina caminharam juntas, em 2020 elas divergiram.

## 2. **POLÍTICA EXTERNA (BRASILEIRA)**

O estudo da Política Externa, área de suma relevância para as Relações Internacionais, possui suas raízes em teorias realistas. Observa-se que essa ligação entre Política Externa e realismo é feita a partir do principal foco na área de análise de Política Externa ser diretamente o(s) Estado(s) (CORONATO; FRANCISCATTO; LIMA; DIAS, 2022). Essa ligação é tão próxima que, segundo Oliveira (2005), é comum que na literatura haja certa confusão entre os termos PEX e relações internacionais. Para Celso Lafer (1984, apud Oliveira, 2005, p. 9) a PEX tem como principal objetivo mostrar no plano internacional os interesses nacionais de um país em específico, levando em consideração os eventos externos da época. Por outro lado, as relações internacionais, de forma geral, são a área que “representa os interesses do Estado no plano internacional e que tem, como objetivo último, buscar as satisfações do Estado, seja para a sua sobrevivência, seja para a satisfação de seus membros” (OLIVEIRA, 2005, p. 1). Ou seja, enquanto a PEX seria o conjunto de ações políticas de um determinado Estado para com outro, as relações internacionais seriam o campo que procura analisar e explicar essas interações.

Antes de partir para uma análise da PEB, é importante ressaltar a diferença entre Política de Estado e Política de Governo. Para Oliveira (2005), a Política de Estado refere-se aos interesses nacionais, ou permanentes, dando uma ideia de continuidade, enquanto a Política de Governo está sujeita a mudanças, já que esta dependeria do perfil de cada ator e de acontecimentos históricos paralelos. Em suma, a Política Externa, sendo uma Política de Governo, pode ser vista como um mecanismo pelo qual “os governos afetaram o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso e dependência” (CERVO, 2011, p. 13).

Sendo assim, a Política Externa Brasileira se dá, como defendido por Cervo (2011), antes mesmo da sua independência, em 1822. Para uma melhor compreensão da PEB, Cervo (2008), divide-a em quatro paradigmas<sup>2</sup>, sendo eles: liberal conservador - século XIX até o ano de 1930-, desenvolvimentista - entre os anos de 1930 a 1989 - , normal ou neoliberal, e logístico - sendo esses dois últimos interligados e perpetuando de 1990 até os dias atuais. Para o autor, o primeiro paradigma, o liberal-conservador, pode ser visto como uma forma de “herança” europeia, já que foi nesse período em que os interesses brasileiros não eram necessariamente brasileiros, uma vez que estavam ligados aos interesses da elite europeia. Além disso, é, também nesse período, que a PEB vai possuir maiores características liberais, por exemplo: os tratados bilaterais passaram a ser mais bem vistos, a agroexportação brasileira ganha mais força; observa-se, também, que os ideais liberais presentes na forma em que as instituições estatais eram regidas pela centralização e descentralização do poder, e principalmente, nota-se que o poder econômico configurava o poder político, e que estes eram mantidos por um determinado grupo social. É observado que o conservadorismo se

---

<sup>2</sup> Para Cervo, o paradigma pode ser visto como uma “teoria” que até então não foi comprovada, mas que serve como um “exemplo/padrão” a ser seguido; o paradigma “equivale a uma explanação compreensiva do real” (p. 65), ou seja, o paradigma é mais flexível, ele não deixará de ser verdade quando não for aplicável em determinada situação, quando ele parece não mais conseguir responder às novas questões emergentes.

encontrava no comportamento das elites políticas vigentes, que mesclavam os próprios interesses e valores aos nacionais (CERVO, 2008).

O segundo paradigma é o desenvolvimentista: diferente do paradigma anterior, é notável uma maior presença do Estado na PEB da época, ocasionando certo distanciamento da diplomacia agroexportadora, buscando superar a assimetria e atraso histórico do país, justificado através do foco à industrialização e crescimento econômico – que, por sua vez, tinham respaldo na busca por capital, tecnologias e mercados estrangeiros. Tal paradigma surge devido à crise de 1929, e, segundo Cervo (2008), pode ser visto como um movimento latino-americano, que visava uma transformação no progresso econômico, através não só do desenvolvimento do país, mas também, de uma PEX.

O terceiro paradigma explicado por Cervo (2008) é o normal/neoliberal, encontrado entre 1990 e 2002, que também ganhou força na América Latina como um todo. Diferentemente da crença desenvolvimentista, a única função do Estado ao olhar neoliberal é fornecer estabilidade econômica, e o próprio mercado será responsável por prover todo o resto. Tal esperança tem sua justificativa no endividamento latino-americano, cujo desespero por recursos externos levou à aceitação das instruções do centro capitalista que, por sua vez, culminaram em uma grande abertura econômica. Entretanto, como apontado por Cervo (2008), esse paradigma pode ser traduzido como um regresso estrutural, trazendo a destruição da economia através da subserviência política, e tendo a modernização da produção brasileira como único real feito positivo.

O último paradigma a ser citado pelo autor é o logístico, tendo sua efetiva aplicação durante o primeiro governo Lula (2003-2007). Ao utilizar do conhecimento histórico, busca evitar os erros do anterior, como a subserviência e o regresso, e almeja o crescimento sem necessariamente retornar ao modelo desenvolvimentista, ao limitar a suposta importância absoluta do Estado. Os interesses nacionais abarcam diferentes grupos sociais, e em âmbito econômico, seu objetivo se torna diminuir a condição de dependência financeira e industrial, através do estímulo aos empreendimentos públicos e privados com vistas à internacionalização. Consequentemente, como apontado por Cervo (2008), considera o Estado já desenvolvido, buscando apenas sua expansão econômica em âmbito mundial enquanto exerce sua autonomia.

Apesar desses paradigmas presentes na PEB, Pinheiro (2004) defende que a Política Externa Brasileira foi governada, originalmente e até os dias atuais, por quatro principais princípios, sendo eles: a soberania e autonomia - tanto dentro do próprio território brasileiro, como dos demais países -, desenvolvimento nacional, e não-intervenção.

A PEX do governo Lula (2006-2011), foi marcada, além desses quatro princípios básicos, por uma busca de maior protagonismo brasileiro no meio internacional, como também, de uma procura por ampliação nas relações comerciais com países emergentes e uma maior integração regional na América Latina (RAMOS; FREITAS, 2014).

No que tange à busca por maior protagonismo brasileiro no meio internacional, percebe-se que há um aumento na participação do Brasil em fóruns internacionais, como a criação do BRICS<sup>3</sup>, o G20<sup>4</sup> e a Organização Mundial do Comércio (OMC). É visto, também, que a integração regional na América Latina<sup>5</sup>, buscada na PEX do governo Lula (2006-2011), deu-se através da criação de organizações internacionais, como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) (CERVO; BUENO, 2014).

Enquanto que a ampliação nas relações com países emergentes, é perceptível, ainda

---

<sup>3</sup> Como exposto por Sá (2022), BRICS seria uma organização internacional entre cinco países emergentes, sendo eles: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>4</sup> Entende-se como G20 ao fórum internacional com 20 países emergentes. (SÁ, 2022).

<sup>5</sup> É de extrema importância ressaltar que as iniciativas citadas são excepcionalmente de cunho sub-regional, abrangendo apenas a América do Sul.

mais quando comparada com o governo de FHC (1995-2003), ao analisar o multilateralismo presente na “autonomia pela participação”, termo apresentado pelos autores Vigevani e Cepaluni (2007), percebe-se que enquanto o governo FHC (1995-2003) buscava uma relação bilateral e multilateral independente do país, o governo Lula (2006-2011), também buscava uma relação amigável com todos, porém priorizava, na medida do possível, relações com países do Sul Global (SÁ, 2022).

Em contrapartida do governo Lula (2006-2010), o governo Bolsonaro (2018-2022) é marcado por rupturas na Política Externa. Entre estas estão: um alinhamento mais direto com a figura do Donald Trump - que na época era o presidente dos Estados Unidos -, uma busca por acordos bilaterais, afastamento por acordos multilaterais, afastamento com blocos regionais, e uma abertura para relações baseadas em ideologias (BAPTISTA, 2020).

De acordo com Vidigal (2019), as mudanças, citadas anteriormente, que ocorreram no governo Bolsonaro (2018-2022) são fruto de uma orientação econômica liberal. Uma das ações tomadas pela PEX que se pode observar o alinhamento com os EUA é a suspensão de vistos para cidadãos norte-americanos em solo brasileiro, além do apoio brasileiro, quase que incondicional - no âmbito internacional, nas decisões norte-americanas. Já em relação aos acordos bilaterais e multilaterais, durante o governo Bolsonaro (2018-2022), é perceptível que houve um afastamento, no sistema internacional, dos temas multilaterais, como questões climáticas, e de direitos humanos, enquanto houve uma busca por acordos de cunho bilaterais, com países como Estados Unidos, Japão - etc. (RAMALHO, 2019).

Por fim, é notável que houve um afastamento com blocos regionais e uma maior procura por relações que compartilham de ideologias em comum. Esses fatos são observados uma vez que Bolsonaro além de ter questionado a funcionalidade de órgãos regionais, como o MERCOSUL, mostrou-se menos interessado em blocos regionais. Enquanto procurava aproximação com países mais de direita, e um afastamento com países de cunho esquerdista, como Cuba, Venezuela e Nicarágua (MOURA; OLIVEIRA, 2020).

Consumadas tais informações, é notável que a Política Externa passou por uma transformação, não apenas entre um governo e outro, mas no seu campo de estudo. Salomón e Pinheiro (2013), apontam que esse câmbio sofrido é perceptível uma vez que a PEX deixou de ser estudada isolada, e passou a ser, também, estudada juntamente com outras áreas, como na presente pesquisa, que é feita a relação entre Opinião Pública e Política Externa.

### 3. OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública por sua vez, que foi inicialmente vista e discutida no liberalismo<sup>6</sup> clássico, nem sempre possuiu o mesmo significado, uma vez que o que se entende hoje em dia como OP foi conceituado pela primeira vez na Europa com um significado diferente, pois referia-se a uma opinião que era centrada na opinião das elites (CHAMPAGNE, 1996). Coronato et al. (2022), por exemplo, apontam uma contradição nessa época, visto que para que uma opinião fosse ouvida e considerada pela população, ela deveria ser interessante ao ponto de ser publicada e, quem ditava o interesse e propagação da opinião, era a elite - política e religiosa - já que esta possuía um poder aquisitivo capaz de convencer as massas e realizar os estudos. Ou seja, ficava sob o domínio da elite, a filtragem e a orientação da opinião pública.

No entanto, foi apenas em meados de 1940 que a opinião pública ganhou os primeiros passos para tornar-se o que se conhece hoje em dia. Como citado anteriormente, devido ao fato de uma pequena parte da população, a elite, possuir domínio sobre a divulgação e a “opinião”, por muito tempo, houve um afastamento entre as “opiniões” sobre temas importantes e a sociedade civil (ALMOND, 1950). Estudos do Pace (1984), revelam que

---

<sup>6</sup> De acordo com Mateus (2008), na literatura, refere-se ao período de 1776 a 1848.

apenas em 1935 houve, de fato, uma pesquisa sobre a OP. O Instituto Americano de opinião pública - *American Institute of Public Opinion* -, agência responsável pela coordenação de pesquisas eleitorais, realizou uma pesquisa com intenção de votos, e presumiu, com êxito, a vitória do democrata Franklin Roosevelt em cima do republicano Alfred Landon. Isto resultou no maior interesse da população sobre temas políticos, e em um ganho de espaço político de Institutos e, mais especificamente, do American Institute of Public Opinion (CORONATO et al., 2022). Sendo assim, a década de 1940 é vista, por alguns pensadores, como um marco no avanço da área.

Porém, ao voltar um pouco mais no tempo, revisando teóricos da era Moderna, observa-se que a opinião pública já era discutida e apresentada, embora não nos termos e significados que se conhece hoje em dia. Maquiavel por exemplo, expõe em sua obra que a opinião pública é tão importante que ela poderia até ser manipulada, mas nunca ignorada (CERVI, 2006). Para Locke, como apontado por Ferreira (2015), a opinião pública aparece “como uma espécie de substrato moral da sociedade.” uma vez que “no Contrato Social, a opinião pública surge em estreita correlação com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral” (FERREIRA, 2015, p. 52).

Consequentemente, é notável que o que se entende por opinião pública é visto desde o início do liberalismo clássico. Como exposto por Mateus (2008, p. 61), “o modelo liberal constitui o primeiro grande entendimento de opinião pública concebida de forma substantivada: uma OP maiúscula, instância entre a sociedade civil e o Estado”. Sendo assim, percebe-se que a opinião pública surgiu como uma ponte entre a população e o Estado, fazendo com que esses primeiros sejam ouvidos e ganhem espaços políticos.

Para além disso, alguns outros autores, como Esteves (1997), enxergam que a mudança pela qual a opinião pública passou está atrelada às mudanças pelas quais o meio internacional enfrentou, como a propagação do pensamento democrático ocidental liberal. Com isso, fica evidente que a opinião pública e a democracia caminharam e caminham juntas.

Dessa forma, é perceptível que a opinião pública possui um valor para além de simbólico, já que a sua importância é imprescritível para as sociedades, principalmente as democráticas (MATEUS, 2008), mais precisamente nas sociedades latinoamericanas, como o caso do Brasil, uma vez que enfrentaram na metade do século passado períodos de ditadura militar e de golpes de estado, acarretando atentados contra a democracia (LOPES, 2022). Echegaray (2001), ao realizar uma pesquisa sobre o papel da opinião pública na consolidação da democracia, conclui que “quanto mais comuns tornam-se instituições democráticas, mais intensa é a presença das pesquisas de opinião.” (ECHEGARAY, 2001, p. 60).

Em questões práticas, percebe-se a importância da opinião pública em algumas situações e movimentos brasileiros. O movimento conhecido como “Diretas já”, é um claro exemplo da importância e do valor da opinião pública, uma vez que tal movimento acarretou uma ampliação, nos anos 1980, de espaços democráticos (NERY, 2010). Em um recorte temporal mais recente, percebe-se a presença da opinião pública nas “Manifestações de Junho”. Como exposto por Chauí (2013), as manifestações populares - que ocorreram em várias cidades brasileiras durante meados de 2013 - iniciam-se como uma grande demonstração da insatisfação popular em relação ao aumento de 20 centavos nas passagens de transporte público, e que, rapidamente crescem em tamanho e escopo, refletindo em uma insatisfação mais abrangente, com temas sociais, políticos e econômicos.

A queima da catraca de papelão realizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) parecia ser só mais um ato isolado de protesto, porém, foi o pontapé inicial para uma mobilização que pararia todo o país. As manifestações tomaram uma proporção tão grande que até os dias atuais os pesquisadores encontram dificuldades em entender a forma como o protesto se deu, uma vez que evoluiu rapidamente e o aumento na tarifa trouxe diversos problemas ligados ao bem estar dos brasileiros (MELLO, 2023), além de uma insatisfação com a corrupção e gastos

excessivos com a Copa de 2014, o que deu abertura para que a população - em sua maioria jovens e estudantes que viam as manifestações como uma oportunidade de expressar as suas insatisfações e demandas - se unisse, através de protestos em ruas e mostrasse o poder através da opinião popular. Sendo assim, observa-se que uma das grandes conquistas deixadas pelas manifestações de junho de 2013 é a “legitimação do protesto social como forma de busca por mudanças conjunturais” (GOHN, 2016), além de marcar o campo da política brasileira, deixando claro a importância da opinião pública.

Após compreender o avanço da definição e um pouco da história, na prática, do que hoje define-se como opinião pública, faz-se necessário um esclarecimento sobre o conceito usado para a presente pesquisa. Será usada como definição de opinião pública, a utilizada por Carleial (1989), que define opinião pública a partir da diferenciação de opinião pessoal e clamor público. Para o autor a OP é, nada mais que a junção das opiniões pessoais de um determinado grupo, seja esse grupo toda a sociedade ou apenas uma parte dela, desde que a opinião seja a mesma para a maioria. Enquanto o clamor público, pode ser observado como o ápice da opinião pública, uma vez que o primeiro seria uma “forma mais poderosa e efetiva” do segundo, sendo capaz de “forçar e levar às mudanças profundas na Sociedade” (CARLEIAL, 1989, p. 1).

#### **4. RELAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Manifestadas tais informações, percebe-se que apesar de ambos campos de estudo das Relações Internacionais, a opinião pública - que possui cunho liberal uma vez que tal conceito baseia-se na liberdade de expressão (MATEUS, 2008) -, e a Política Externa - que por sua vez apresenta-se com viés realistas já que a política externa seria a expressão pura dos interesses dos Estados nas relações internacionais (MORGENTHAU, 2003) -, com o passar dos anos, ganharam cada vez mais espaço e quebraram a “barreira teórica”, sendo, nos dias atuais, estudadas em conjunto, e em alguns casos, até mesmo como complementares, principalmente através do campo da Análise de Política Externa.

Tal aproximação entre os temas é perceptível a partir de meados do século passado, como já citado anteriormente. Apesar de terem sido estudadas desde o final do século XIX e início do século XX, foi apenas na década de 1920 que ambos os conceitos foram estudados em conjunto (CORONATO et al., 2022). Como exposto por Ferreira (2021), há uma divisão acadêmica sobre tal proximidade, enquanto um grupo acredita que a opinião pública é capaz de influenciar na política externa, há uma visão teórica que não vê uma proximidade.

Em *Public Opinion*, obra considerada por muitos autores como o início do estudo dessa relação, Lippmann (1922) aborda a opinião pública como algo incoerente e sem proximidade com a Política Externa, uma vez que, para ele, além de ser difícil de ser mensurada, a OP não possui muita influência nas tomadas de decisões dos atores estatais, visto que é raro uma população saber sobre temas importantes e de relevância a níveis mundiais (FERREIRA, 2021). Ou seja, para o autor não há uma relação, uma vez que os temas tratados na PEX estão distantes da maioria da população, fazendo com que esta última não tenha a opinião formada sobre esses temas.

Ao passar das décadas, mais teóricos se juntam ao debate, enriquecendo o estudo da área. Almond (1950), por exemplo, segue concordando com Lippmann (1922) e não enxerga tanta proximidade entre as áreas. Ao estudar a população norte-americana<sup>7</sup>, o autor concluiu que a opinião pública não deveria ser levada em conta para a PEX estadunidense, pois, para ele, a população não seria apta, em termos técnicos, para influenciar na Política Externa.

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que o autor estava em um contexto de tensões no período da Guerra Fria, e por isso, para ele, a opinião pública seria inútil, uma vez que ela seria a opinião popular, e não necessariamente de técnicos sobre guerra nuclear.

Mostrando de uma forma mais objetiva, Holsti (1992) ao revisar os estudos de Almond (1950) e Lippmann (1922), concluiu que a PEX e a OP não possuem muita relação. Para o autor a opinião pública além de ser facilmente transformada, não possui familiaridade com assuntos debatidos na PEX, reduzindo, assim, a sua capacidade de influência sobre a PEX.

Mensurar a influência da opinião pública na Política Externa parece ser, então, algo distante. Porém, com o avanço tecnológico e ao analisar o atual cenário mundial, nota-se que a sociedade se encontra em “uma era de rápida velocidade de produção e circulação da informação” (ALVES; MACIEL, 2020, p. 147), o que, contrariando aos autores citados anteriormente, permitiria a sociedade atual a ter acesso a temas debatidos em nível internacional, de uma forma fácil, constante e ágil.

Outro fator que possibilita o estudo da relação entre tais temas, refere-se à interdisciplinaridade entre os temas. A pluralidade das ciências sociais permite que a opinião pública não necessariamente seja baseada em termos técnicos, mas em preferências pessoais (SILVA; FONTES; LUZ; OLIVEIRA; REZENDE, 2015). O *Twitter*, por exemplo, é uma plataforma utilizada como espaço de expressão de opiniões pessoais, que se analisadas em grandes escalas, podem ser consideradas como a opinião pública. Além disso, a pluralidade das ciências sociais, instiga uma pesquisa detalhada, buscando relação entre os temas diversos e específicos. Como dito por Echegaray (2001), a opinião pública, contendo a participação tanto de profissionais, como da população na sua forma mais clara e ampla, possui extrema relevância para a Política Externa e não pode mais ser ignorada.

Para além disso, observa-se que Zaller (1992) é outro autor que parece concordar com uma relação próxima entre ambos os termos. Na sua obra *The Nature and Origins of Mass Opinion*, o autor defende a ideia de que a opinião pública é formada através de um processo de ativação e aplicação de informações, o que de certa forma, seria capaz de influenciar na Política Externa, uma vez que os principais formuladores dessa última área optam por acatar as opiniões da opinião pública, a fim de evitar conflitos e manter a sua legitimidade política.

Sendo assim, percebe-se que, para melhor compreensão da relação entre esses termos, faz-se necessário um estudo aprofundado e detalhado sobre um objeto em específico, a fim de procurar familiaridades e/ou divergências. A presente pesquisa procurara analisar se houve no governo Lula, mais precisamente em 2010, e no governo Bolsonaro, mais especificamente em 2020, paralelismo entre a PEX adotada para com a América Latina e a opinião pública sobre a região no mesmo período.

Ao analisar a Política Externa Brasileira, percebe-se que o Brasil, originalmente, tem a sua PEX realizada através do Itamaraty, que “nasceu e cresceu como um corpo insulado dentro do governo brasileiro” (CORONATO et al., 2022, p. 117), e “com grande maioria de sua história sendo alheia às interferências populares ou de outros órgãos de governo que não o poder executivo” (CORONATO et al., 2022, p. 117). Isso resultou em um afastamento da opinião pública na Política Externa. Porém, no final do século XX, com as mudanças no cenário internacional, o Itamaraty transformou um pouco a sua forma de fazer política, adotando mais participação pública (CORONATO et al., 2022).

Para além disso, percebe-se a relação entre os campos durante o segundo governo Lula (2007 - 2010), por exemplo, uma vez que a PEX foi utilizada em prol de aprovação da opinião pública, já que as viagens presidenciais, e a diplomacia presidencial, de forma geral, foram utilizadas como meio de informar à população das conquistas brasileiras no sistema internacional, e de conquistar o público (DANESE, 2017).

Por fim, observa-se que, no cenário atual, os temas possuem, como já citado anteriormente, grande relação entre si, sendo a opinião pública capaz de influenciar a Política Externa, já que os governantes buscam levar em consideração as percepções e expectativas da população que governam; assim como a PEX é, por vezes, utilizada, em nível nacional para

ganhar a opinião pública.

## 5. AMÉRICA LATINA

Antes de partir para a análise descritiva comparativa que a presente pesquisa se propõe a fazer, é importante definir e entender o que é a América Latina e qual a importância e relação que ela possui para o Brasil, visto que, neste caso, a América Latina é, também, objeto de estudo deste trabalho.

Primeiramente, faz-se necessário uma compreensão sobre o termo “América Latina”. Como exposto por Bruit (2000), embora já habitável, colonizada e independente, foi apenas em 1948, com a criação da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina), que o termo América Latina<sup>8</sup> foi, de fato, reconhecido academicamente.

A América Latina possui elementos que são de extrema importância para melhor compreensão de sua história, os quais ocorreram em todo seu território de forma simultânea, como as guerras em meados do século XIX, a busca pela independência, a presença dos EUA em grande parte do território latinoamericano, as mudanças no século XX e os golpes militares, a crise da dívida e o avanço das ideias e políticas neoliberais (BETHELL, 2001).

É indiscutível o grande peso que a Europa teve na formação latinoamericana. Durante os séculos XVI e XVIII, havia em toda a América Latina a forte presença de uma política subordinada, uma vez que os países latino-americanos eram colônias e as potências europeias eram as metrópoles, conseqüentemente, estas últimas possuíam o poder de comando sobre as primeiras. As colônias possuíam o exclusivo colonial, que tinha como base três características: a mão de obra escrava (principalmente dos indígenas e africanos); o latifúndio (ou seja, a concentração de terra); e a agroexportação (todo o material produzido nas colônias era destinado para a metrópole) (DONGHI, 2005).

Nota-se que, ao passar dos anos, as mudanças que ocorreram em todo o sistema mundial, como o desenvolvimento do capitalismo, a industrialização, o surgimento de ideais liberais, causaram uma crise nesse sistema colonial, ocasionando uma mudança na política de poder da Europa, que, por sua vez, geraram impactos por toda a América, principalmente a Latina (POMER, 1995).

A Revolução Francesa, como apresentado por Waddell (2009), teve uma grande influência na América Latina, visto que propagou por toda a Europa o apoio à emancipação das colônias americanas do domínio espanhol. Observa-se, também, a presença da influência das potências europeias na América Latina na formação da independência dos seus Estados.

O Brasil, por exemplo, como relatado por Cervo (2011), conseguiu a sua dependência com aval inglês, pois a Inglaterra, que tinha como principal objetivo a expansão do capitalismo, precisava de pessoas livres para um maior desenvolvimento na sua industrialização, emprestou ao império brasileiro um total de 3 milhões de libras esterlinas para que o Brasil conseguisse comprar a sua independência de Portugal. Ainda conforme o autor, mesmo após a proclamação de sua independência, o Brasil seguiu vinculado aos interesses portugueses. Confirmando a influência das potências europeias na América Latina.

Com isso, fica claro que durante toda a sua história, a América Latina sofreu influências das potências mundiais, tanto para a formação dos seus Estados, como para o seu desenvolvimento político e econômico. Para além disso, por muitos anos a América Latina não foi foco de estudo, devido a política internacional ser, até meados do século XX, voltada para os Estados europeus, já que as potências mundiais eram europeias, possuindo um domínio hegemônico por eras. Foi, então, pós Segunda Guerra Mundial, que o sistema

---

<sup>8</sup> Entende-se por América Latina os 20 países e 10 dependências de todo o continente americano (norte, central e sul) que possuem idiomas originados do latim. disponível em < <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-latina.htm> > Acesso: 11 de abril de 2023.

internacional ganhou um novo agente, os Estados Unidos da América (MINGST, 2009). Sendo assim, percebe-se que a hegemonia internacional passa por uma transformação, mas não forte o suficiente para chegar nas mãos latinoamericanas, ocasionando em um afastamento da área como principal objeto de estudo.

Dito isso, constata-se que a América Latina, embora durante a sua história de formação, tenha encontrado dificuldades para ser reconhecida como conceito e nação<sup>9</sup>, possui grande relevância para o Brasil. Para além do ponto de vista geográfico e histórico, a área promove ao Brasil uma possibilidade de integração regional, e aumento nas probabilidades de crescimento econômico, tanto para o Brasil, como para toda a América Latina.

## **6. MÉTODO**

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a Política Externa Brasileira do Governo Lula e do Governo Bolsonaro, mais especificamente nos anos de 2010 e 2020, com a finalidade de identificar se as tomadas de decisões para com a América Latina foram compatíveis com a opinião pública. De forma específica, buscou-se: i) analisar dados referentes à política externa de cada governo; ii) analisar a opinião pública a partir de dados coletados na plataforma *Latinobarómetro*; e, iii) analisar se houve uma relação entre essas duas áreas no tocante ao tema tratado. Sendo assim, a pesquisa centrou-se em duas estratégias de análise dos dados: análise de discurso e estatística descritiva.

No que diz respeito aos atos da Política Externa, a coleta de dados centrou-se nos discursos presidenciais, uma vez que estes são, no campo das relações internacionais, utilizados para analisar as decisões de Política Externa, podendo ser vistos como uma “forma para se atingir determinados objetivos políticos” (GOMES, 2011, p. 653). A pesquisa utilizou os discursos de posse proferidos por cada presidente, sendo nos anos de 2003 - para Lula - e 2019 - para Bolsonaro. Para além disso, analisou-se discursos realizados na Assembleia Geral da ONU, e em outras cúpulas e reuniões, todos no ano de 2010 e 2020, representando as medidas tomadas pelos governos Lula e Bolsonaro, respectivamente. Também foram analisados dados sobre as viagens realizadas por cada presidente nos respectivos anos para países da América Latina. E, por fim, analisou a participação do Brasil em organizações, acordos e regimes internacionais com países pertencentes à região.

Além disso, no que tange à mensuração da opinião pública sobre a América Latina, a pesquisa utilizou dados disponibilizados pela plataforma *latinobarómetro*. Como informado no site da plataforma, o *latinobarómetro* é uma ONG, sem fins lucrativos, que busca mensurar a opinião pública sobre diversos temas em 18 países da América Latina. Para a presente pesquisa foram utilizados os dados das pesquisas de mensuração da opinião pública realizada em todo o território nacional, com pessoas que se identificam como brasileiros(as) em ambos os anos<sup>10</sup>.

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **7.1 POLÍTICA EXTERNA VOLTADA À AMÉRICA LATINA**

---

<sup>9</sup> Para Souza (2011), um dos grandes problemas para o desenvolvimento da América Latina, foi a falta de uma consciência latinoamericana.

<sup>10</sup> No ano de 2010, a pesquisa contou com a participação de 1.204 pessoas, sendo 575 homens e 629 mulheres, divididos entre jovens de 15 a 25 anos (290 pessoas), 26 a 40 anos (379 pessoas), 41 a 60 anos (368 pessoas), e mais de 60 anos (167 pessoas). Já no ano de 2020, também foram entrevistadas 1.204 pessoas, porém com a diferenciação na divisão, sendo 570 homens e 634 mulheres, divididos entre jovens de 15 a 25 anos (242 pessoas), 26 a 40 anos (357 pessoas), 41 a 60 anos (386 pessoas), e mais de 60 anos (219 pessoas).

Ao analisar os discursos presidenciais de posse, nota-se que ambos os presidentes possuíam visões e objetivos diferentes para com a região da América Latina. Enquanto Lula, em 2003, realizou um discurso com falas de política externa direcionadas à América Latina, incluindo a região nos seus objetivos de crescimento, Bolsonaro, em 2019, cita parcamente o território latinoamericano, fazendo um discurso vago que não demonstra interesse no aprofundamento das relações com os países vizinhos. Os trechos a seguir revelam essa discrepância, uma vez que no seu discurso Lula declarou que:

(...)A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. (...) Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. (...) O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.(...)

Partes do discurso de Lula (BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva)

Por outro lado, durante seu discurso de posse, o Presidente Bolsonaro se manifestou da seguinte forma:

(...)Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico. (...) A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil. (...)

Partes do discurso de Bolsonaro (BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro)

Os discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2010 e 2020, permitem identificar algumas semelhanças e diferenças entre os dois governos. Por serem discursos na Assembleia Geral, ambos trazem temas importantes a nível global que estão acontecendo em suas respectivas épocas. Enquanto o de 2010 teve como foco as questões climáticas e de descolonização, o discurso de 2020 enfatizou a pandemia da COVID-19 e questões econômicas. Porém, no ano de 2010, o discurso do Brasil não foi realizado pelo presidente, como de costume, mas sim, pelo Ministro Celso Amorim, pois, como informado pela BBC, o então presidente Lula tinha como prioridade as eleições nacionais. Além disso, a presença da América Latina na pauta brasileira também é distinta entre os dois discursos. No discurso de 2010, além de citar várias organizações que o país tem com países da América Latina, o Brasil mostra apoio e uma ideia de irmandade e união entre os países latinoamericanos, identificando-se como tal, e sendo contra o bloqueio econômico realizado pelos Estados Unidos à Cuba desde os anos 60. Contudo, em 2020, no seu discurso, o presidente Bolsonaro não mostra proximidade com a região, não citando organizações da área, e quando se refere à mesma, não se inclui. Tampouco mostra apoio aos países latinoamericanos, tomando uma posição contrária ao utilizar de fakenews<sup>11</sup> para culpar a

---

<sup>11</sup> Como informado através da Nota à imprensa, no site oficial da República Brasileira, a Polícia Federal concluiu que o vazamento foi um “navio petroleiro com bandeira grega” o responsável pelas origens das manchas de óleo em 2019 e 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/pf-conclui-investigacoes-sobre-a-origem-das-manchas-de-oleo-que-atingiram-o-litoral-brasileiro-entre-2019-e-2020> >. Acesso em: 11 de junho de 2023. Ainda que não fosse publicado pela PF, visto que a publicação foi em 2021, até a data da Assembleia, não havia nada que ligasse a Venezuela. De acordo com o G1, em 2020, a marinha concluiu a investigação sobre o derramamento de

Venezuela pelo derramamento de óleo nas praias do nordeste em 2019. Tais considerações podem ser vistas nos trechos seguintes:

Partes do discurso Lula (BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva):

(...)Nos últimos anos, o Governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul. Fortalecemos nossa parceria estratégica com a Argentina. Aprofundamos o Mercosul, inclusive com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento. (...) A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa. (...) Com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, lançada na Bahia e confirmada em Cancún, reafirmamos a vontade regional de ampliar para a América Central e Caribe o espírito integracionista que anima os sul-americanos. (...) O Brasil reitera seu repúdio – que é de todos os latino-americanos e caribenhos – ao ilegítimo bloqueio a Cuba, cujo único resultado tem sido o de prejudicar milhões de cubanos em sua luta pelo desenvolvimento. (...)

Partes do discurso Bolsonaro (BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro):

(...) Em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo. (...) O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. (...) O Brasil está preocupado e repudia o terrorismo em todo o mundo. (...) Na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos. (...)

Após revisar dois discursos de cada ano na cúpula e na reunião do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), percebe-se que ambos os presidentes aparentam estar satisfeitos com o MERCOSUL e com a manutenção na organização regional. Contudo no que se refere à América Latina, é notável que nos discursos de 2010 o Brasil aparentava estar mais satisfeito com o MERCOSUL, e mais próximo da América Latina, uma vez que nas suas falas, o presidente se enxergava como latinoamericano, chegando a falar que “eles poderiam aprender conosco” (BRASIL, 2010, p. 6), sendo o “conosco” a América Latina e o “eles” os países desenvolvidos e extrarregionais. Também é visto um interesse em priorizar a América Latina nas suas relações internacionais e até mesmo agregar à organização (MERCOSUL) os países que ainda não estavam, mas que fazem parte da região. Já nos discursos de 2020, o Brasil também aparentou satisfação com o MERCOSUL, porém nas suas falas voltadas para a região é observado um tom segregacionista entre o Brasil e a América Latina, e não há um interesse em priorizar a área nas suas relações exteriores, pelo contrário, o presidente deixa claro que “o Brasil está disposto a avançar em outros entendimentos com parceiros mundo afora” (BRASIL, 2020, p. 1), além de citar outros países extra regionais com os quais pretende manter/realizar novos acordos. Como confirmado nos trechos a seguir:

Partes do discurso Lula (BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva):

(...)Mas eu queria dizer que os avanços do Mercosul, na minha visão, foram avanços extraordinários. (...) Eu acho que a mesma coisa pode se dar no Paraguai, e é preciso que a gente trabalhe para que outros países façam parte do Mercosul. (...) A gente não precisa abdicar das nossas relações com outros países, mas a gente tem que privilegiar as nossas relações. Acho que a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o mundo poderia viver em paz, de como o mundo poderia viver sem armas nucleares, de como o mundo poderia viver sem guerra, de como o mundo

---

óleo, mas ainda não tinha encontrado um culpado. Disponível em: <  
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/27/marinha-conclui-investigacao-sobre-derramamento-de-oleo-mas-nao-encontra-culpado.ghtml>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

poderia viver de forma muito mais harmônica. (...) Devemos continuar trabalhando por um Mercosul cada vez mais democrático, cada vez mais legítimo e cada vez mais social. (...) Devemos trabalhar constantemente pela democratização dos nossos mecanismos de decisão e tornar o Mercosul um projeto cada vez mais de todos. (...)

Partes do discurso Bolsonaro (BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro):

(...) No esforço de construção de um País mais próspero, buscamos também, mais e melhor inserção do Brasil na região e no mundo. E o Mercosul, é o nosso principal veículo para essa inserção. (...) Tenho a certeza que o Mercosul é parte das soluções que estamos construindo. (...) Temos orgulho em constatar que o bloco tem contribuído também para facilitar os esforços nacionais de combate à pandemia. (...) Queremos levar adiante as negociações abertas com o Canadá, a Coreia, Singapura e o Líbano; expandir os acordos vigentes com Israel e a Índia e abrir novas frentes na Ásia e temos todo interesse em buscar tratativas com os países da América Central.

Em reuniões internacionais que tinham como objetivo o desenvolvimento da América Latina, como o Seminário de Alto Nível da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 2010 e a Conferência de Investimentos na América Latina, em 2020, percebe-se que os discursos direcionados à América Latina outra vez divergem-se. O discurso de Lula, em 2010, engloba e é direcionado aos países pertencentes à região, enquanto o discurso de Bolsonaro, em 2020, não cita em nenhum momento a região, e é focado apenas no Brasil, como pode ser observado nas seguintes partes:

Partes do discurso de Lula (BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva):

(...) Fizemos do comércio com a região um vetor fundamental da política externa brasileira. Nos cinco anos que antecederam a crise econômica, as trocas entre Brasil, América Latina e Caribe cresceram 300%, alcançando US\$ 80 bilhões em 2008. (...) Aqui o que nós queremos é produzir mais feijão, mais arroz, mais verduras, mais frutas, mais comida, mais emprego, mais salário, mais cultura, mais qualidade de vida para fazer a América Latina se transformar num continente em que o seu povo viva com dignidade e com respeito. (...)

Partes do discurso de Bolsonaro (BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro):

(...) O ano de 2020 foi desafiador para todas as economias do mundo em razão da pandemia. O Brasil está em processo de recuperar seu dinamismo econômico e 2021 será um ano de resultados bastante positivos. (...) Faço um convite a todos para que aproveitem as oportunidades desse novo cenário no Brasil.

Em relação às viagens presidenciais para países da América Latina, verificou-se que o presidente Lula realizou 16 viagens, em todo o ano de 2010, viajando para Argentina (5 vezes), Uruguai (3 vezes), México, Cuba, El Salvador, Chile, Paraguai, Venezuela, Colômbia e Guiana (1 vez para cada país); enquanto o ex-presidente Bolsonaro realizou apenas 1 para a região, na qual visitou Montevidéu. É importante ressaltar que o ano de 2020 foi marcado pela pandemia. Como informado pelo UNASUS, no dia 11 de março, desse mesmo ano, foi declarado pela Organização Mundial de Saúde o início da pandemia do coronavírus o que, de certa forma, pode ter afetado nas viagens presidenciais de Bolsonaro para países da América Latina, porém, se reduzir a pesquisa até a data declarada como início da pandemia, Bolsonaro seguiria com 1 viagem realizada, com 1 dia de duração; enquanto Lula teria realizado 5 viagens, com duração de 10 dias. O que mostra, por parte de Lula, um interesse maior por países da América Latina, durante seu governo, por outro lado, por parte de Bolsonaro, é visível um afastamento para com a região, mostrando uma ruptura com a política externa de governos anteriores, como também defendido por Spektor (2019).

Ao buscar as organizações, acordos e regimes internacionais que o Brasil estava inserido com outros países latinoamericanos, observa-se que em 2010 o Brasil procurou

expandir as suas relações com a região, priorizando, sempre que possível, a América Latina. A exemplo, nota-se a participação e estabelecimento em organizações internacionais como a CELAC, UNASUL, e seus adendos, como o Conselho de Defesa Sul-Americano. Também se observa a presença e busca por um fortalecimento no MERCOSUL, OEA, e outros mecanismos e organizações internacionais que buscaram uma aproximação do país para com a região (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). E, se analisado o ano de 2020, percebe-se que essa participação diminuiu. À exemplo, nota-se a saída da CELAC em 2020, além do fato que o país já não mais fazia parte da UNASUL desde 2019, como informado pelo jornal Estado de Minas.

Portanto, após uma análise dos eventos citados, percebe-se que há uma aproximação e aceitação por parte de Lula para com a América Latina, enquanto Bolsonaro não prioriza a região, afastando-se da mesma. Para além disso, tal aproximação e afastamento já é discutido pela academia, à exemplo, nota-se os estudos de Guilherme (2014), no qual o autor ao estudar a Política Externa do governo Lula (2003-2010) para com a América, em específico a do Sul, afirma que a mesma “merece elogios”, visto que houve uma busca por maior cooperação para com a área, criação e consolidação de organizações internacionais regionais, além do aumento nas trocas comerciais. Enquanto, como trazido pelos autores Azzi e Frenkel (2021), no governo Bolsonaro (2019-2022), a pretensão em ser líder regional, através de uma maior cooperação para com a América do Sul, é deixada de lado, assim como a forma de enxergar na região uma boa oportunidade de crescimento a nível internacional.

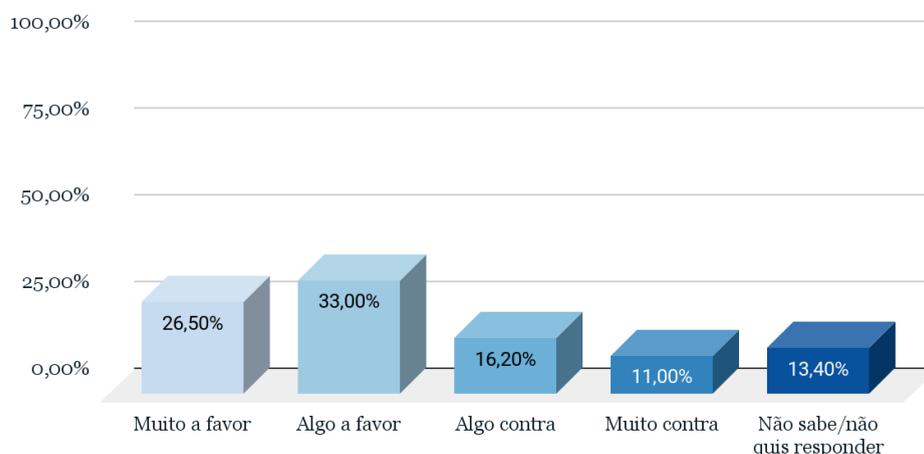
## 7.2 OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A AMÉRICA LATINA

No tocante à mensuração da opinião pública brasileira nos anos de 2010 e 2020, foram buscados na plataforma latinobarómetro, as perguntas inseridas no questionário aplicado pela ONG no Brasil nos anos supracitados, que estivessem relacionadas com uma percepção política dos brasileiros sobre a América Latina nos períodos em questão.

Em primeiro lugar, em 2020 foi perguntado aos entrevistados a opinião deles sobre a integração com países de fora e pertencentes à América Latina, como ilustrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Opinião das pessoas sobre a integração do Brasil com países de fora da América Latina no ano de 2020.

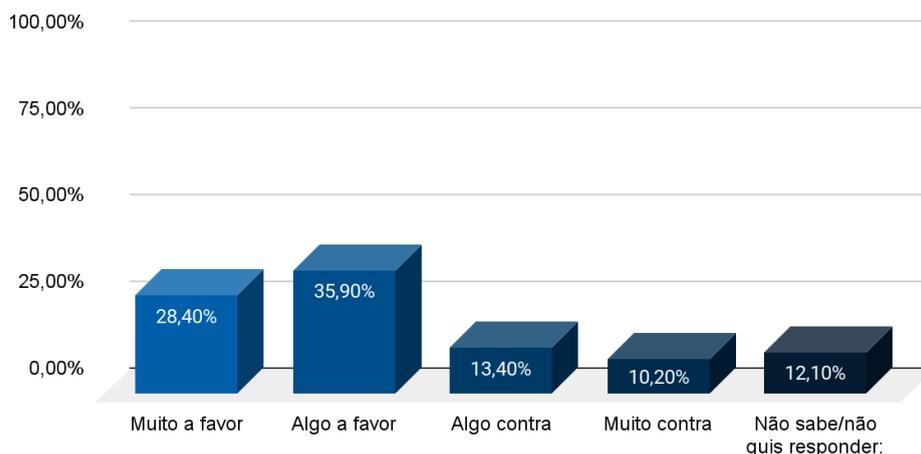
Você é a favor ou contra a integração do seu país com países de fora da América Latina? (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Gráfico 2: Opinião das pessoas sobre a integração do Brasil com países da América Latina em 2020.

Você é a favor ou contra a integração do seu país com outros países da América Latina? (2020)



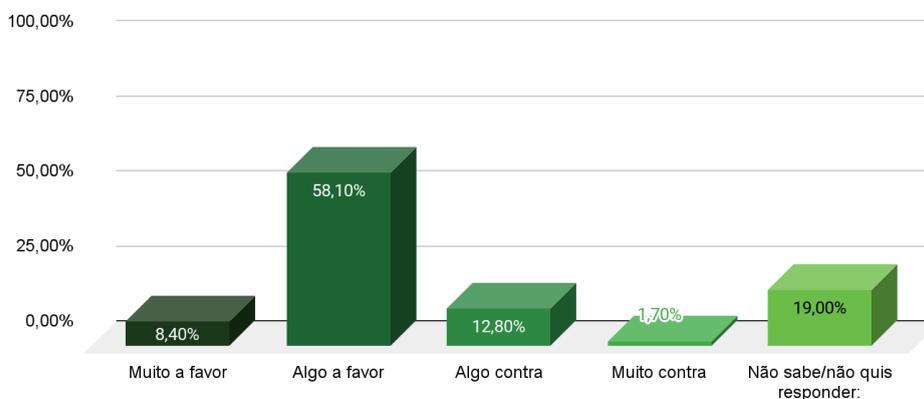
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Após uma análise comparativa dos dados desses dois gráficos, percebe-se que, os brasileiros, em 2020, possuem uma preferência para a integração com países da América Latina, uma vez que as opções “muito a favor” e “algo a favor” foram maiores em países da América Latina, obtendo 28.4% e 35.90% contra 26.50% e 33.0%, enquanto as opções “algo contra” e “muito contra” ganharam com países de fora da América Latina que tiveram 16.20% e 11% contra 13.40% e 10.20% para a integração com países latinoamericanos.

Já no ano de 2010, apenas foi questionado sobre o nível de favorecimento e apoio da população para com países pertencentes a América Latina, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3: Opinião das pessoas sobre a integração do Brasil com países da América Latina em 2010.

Você é a favor ou contra a integração econômica do seu país com outros países da América Latina? (2010)



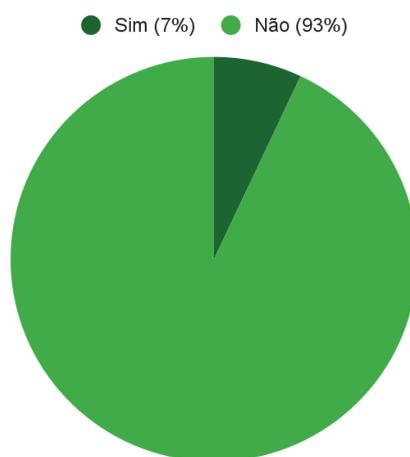
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Como observado no gráfico, a maior parte da população, em 2010, se mostrava como favorável a processos de integração econômica com países da América Latina. Sendo a soma das positivas, “muito a favor” e “algo a favor”, 66.50%, e já para as negativas, “algo contra” e “muito contra”, a soma da porcentagem cai para 14.50%.

Em níveis de conhecimento sobre a política econômica da América Latina, a população brasileira mostrou que, ao passar de uma década, o seu interesse pela área aumentou, se comparados os anos de 2010 e 2020.

Gráfico 4: Conhecimento das pessoas sobre o Banco de Desenvolvimento da América Latina em 2010

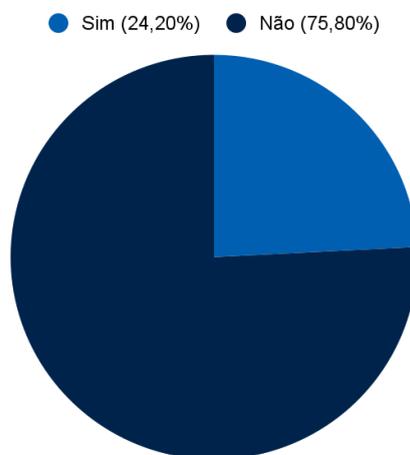
Você conhece o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)? (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Gráfico 5: Conhecimento das pessoas sobre o Banco de Desenvolvimento da América Latina em 2020

Você conhece o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)? (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

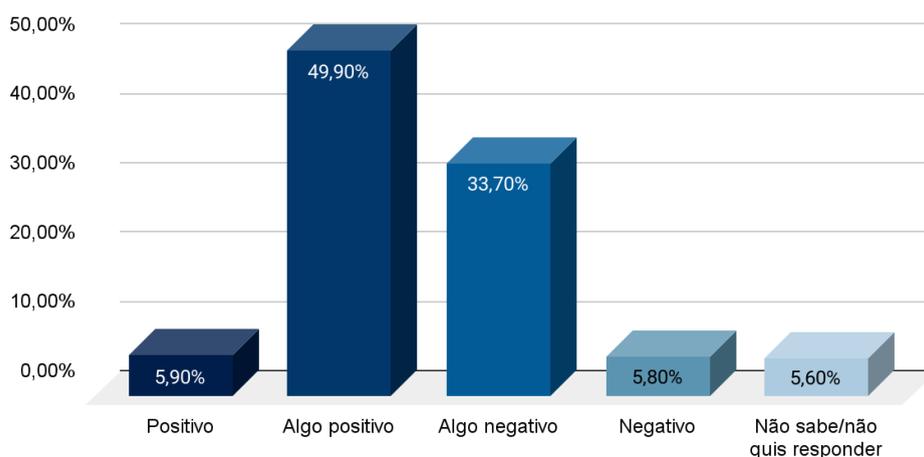
Ao equiparar os gráficos 4 e 5, percebe-se que, como citado anteriormente, a população se mostrou mais conhecedora sobre a região latinoamericana, dado que em 2020 o número

dos entrevistados que conheciam o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) mais que triplicou, saindo de 7%, em 2010, para 24.20%, em 2020.

Ainda com dados retirados do latinobarómetro, apenas em 2020 foi realizada uma pesquisa onde os entrevistados precisaram informar se eram contra ou a favor do recebimento de imigrantes de países pertencentes e não pertencentes à América Latina.

Gráfico 6: Opinião das pessoas sobre a imigrantes de países não pertencentes a América Latina em 2020

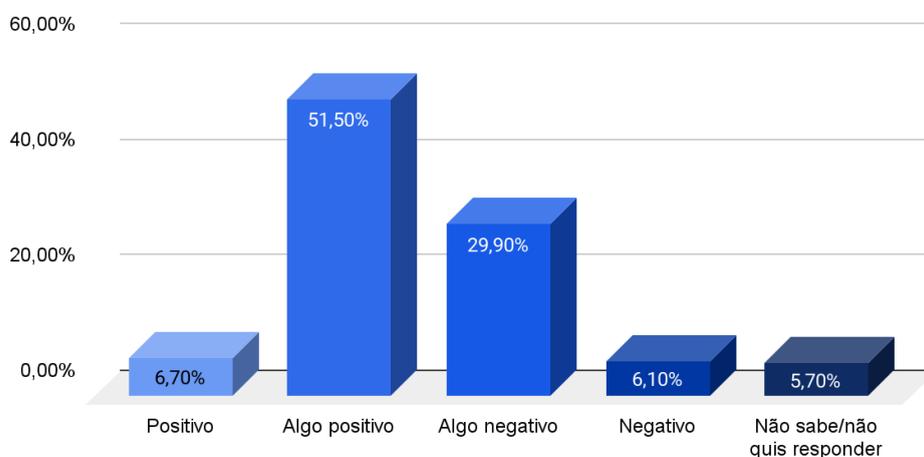
Para você, receber imigrantes de países de fora da América Latina é... (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Gráfico 7: Opinião das pessoas sobre a imigrantes de países pertencentes a América Latina em 2020

Para você, receber imigrantes de países da América Latina é... (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da plataforma latinobarómetro

Após a análise dos dados dos gráficos 6 e 7, é perceptível que houve uma maior aceitação entre os brasileiros para imigrantes de países pertencentes a América Latina, mostrando uma proximidade e aceitação com os habitantes dos países vizinhos. Nas categorias “muito positivo” e “algo positivo”, os países pertencentes a América Latina lideram, com 6.7% e 51.5% enquanto os países não pertencentes, obtiveram 5.9% e 49%, respectivamente. Já na categoria “algo negativo” é visto o contrário, os países da América Latina receberam 29.9% enquanto os não pertencentes conquistaram 33.7%.

Consumadas tais informações acerca da opinião pública brasileira sobre a América Latina, ainda que não de forma exaustiva, percebe-se que a população brasileira tem mostrado apoio à região. Para além disso, também é perceptível que, com o passar dos anos, a aceitação e proximidade dos brasileiros para com os seus conterrâneos latinoamericanos foi aumentando, se comparados os anos 2010 e 2020, visto que o conhecimento dos brasileiros sobre mecanismos e organizações governamentais do continente foram ganhando mais visibilidades, como também as respostas positivas sobre a integração com a América Latina, foram maiores. Também é notável que, em 2020, os brasileiros mostraram uma maior proximidade com a América Latina, uma vez que preferem receber imigrantes dessa região.

## **8. CONCLUSÃO**

A pesquisa mostrou, portanto, que a opinião pública, embora nem sempre esteja condizente com a política externa, possui extrema relevância e é uma área que necessita ser estudada. Como demonstrado ao decorrer da pesquisa, nos anos de 2010, a opinião pública sobre a América Latina esteve de acordo com a política externa presidencial, já que ambas as áreas enxergavam na região uma boa oportunidade de crescimento para o Brasil, como defendido por Echegaray (2001), e Zaller (1992), que enxergam a opinião pública como uma peça fundamental para a política externa.

Porém, por outro lado, observa-se que, em 2020, tais áreas não caminharam em conjunto. Tal constatação é observada uma vez que a população demonstra maior interesse na região, optando, de forma positiva, por uma maior participação do Brasil no cenário internacional para com os países latinoamericanos, enquanto o presidente em seus discursos e ações, escolheu um afastamento para com a região. Nesse caso, percebe-se que, como defendido por Lippmann (1922) e Almond (1950), a opinião pública não foi forte o suficiente para influenciar na política externa brasileira.

Por fim, observa-se a importância de pesquisas acadêmicas sobre essas áreas das Relações Internacionais, investigando a participação da população na política externa. Pesquisas futuras poderão explorar a relação entre ambas áreas em outros temas importantes para a sociedade atual, tanto em temáticas sociais, como educação, saúde mental, imigração, como em questões sobre integração e comércio internacional, uma vez que a pesquisa se propôs a explicar e expor o recorte específico dos anos 2010 e 2020, apenas com dados retirados da plataforma *Latinobarómetro*, havendo outras plataformas para mensuração da opinião pública.

## **REFERÊNCIAS**

ALMOND, Gabriel Abraham. **The American people and foreign policy**. 1950.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto**. Internet & sociedade, 2020.

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

AZZI, Diego; FRENKEL, Alejandro. **Jair Bolsonaro y la desintegración de América del Sur: ¿ un paréntesis?.** 2021.

BAPTISTA, João Victor da Motta; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória Kloverza. **Política de estado ou de governo? A reorientação da política externa Brasileira sob o governo bolsonaro.** Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, v. 45, n. 250, 2020.

BBC. **Lula não irá à sua última Assembleia da ONU antes de deixar o poder.** 2010. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100915\\_lula\\_onu\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100915_lula_onu_pai) >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina.** Edusp, 2001.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2003-2011: Celso Amorim). **Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral da 65ª Sessão Assembleia Geral das Nações Unidas.** New York, 23 set 2010. Disponível em: < <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de encerramento da Cúpula Social do Mercado Sul.** Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/16-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-sessao-de-encerramento-da-cupula-social-do-mercosul.pdf/view> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Seminário de Alto Nível da Comissão Econômica para América Latina e Caribe.** Brasília, 1 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/01-06-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encerramento-do-seminario-de-alto-nivel-da-comisao-economica-para-america-latina-e-caribe/view> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho.** San Juan, 03 ago 2010. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/03-08-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-39a-reuniao-de-cupula-do-mercosul-e-sessao-de-trabalho/view> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva). **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto.** Brasília, 01 jan 2003. Disponível em: <

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília, 01 jan 2003. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.** Brasília, 01 jan 2019. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial.** Brasília, 01 jan 2019. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).** Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Conferência de Investimentos na América Latina (videoconferência).** Brasília. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-conferencia-de-investimentos-na-america-latina-videoconferencia-palacio-do-planalto> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência).** Brasília. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). **Fala inicial do Presidente da República, Jair Bolsonaro durante a LVI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (videoconferência).** Brasília, 02 jun 2020. Disponível em: <

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/fala-inicial-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-lvi-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto> >. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRUIT, Héctor H. **A invenção da América Latina**. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, 2000.

CARLEIAL, Bernardino Mendonça. “**A Opinião Pessoal**” e “**A Opinião Pública**”. 1989. Disponível em: <  
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/psicologia/opinioao-pessoal-opinioao-publica.htm> >. Acesso em: 13 de abril de 2023.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião pública e política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e por que isso interessa à democracia**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

CERVO, Amado Luiz. Paradigmas da política exterior: liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico. In.: **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª edição, 2011.

CERVO, de Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **Política Externa Brasileira: A Construção de um Ator Regional e Global**. Editora Saraiva, 2014.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo política**. Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Teoria e debate, v. 113, 2013.

CORONATO, Daniel Rei, FRANCISCATTO, Enzo, LIMA, Letícia Cristina Alencar; DIAS, Lucas Fernandes. **Opinião Pública E Política Externa: O caso de Pasadena aos olhos do Grupo Globo**. Leopoldianum, v. 48, 2022.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Brasília: FUNAG, 2017.

DONGHI, T. Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ECHEGARAY, Fabián. **O papel das pesquisas de opinião pública na consolidação da democracia: a experiência latino-americana**. Opinião Pública, v. 7, 2001.

ESTADO DE MINAS. **Brasil abandona CELAC**. Disponível em: <  
[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/16/interna\\_internacional,1114948/brasil-abandona-celac.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/16/interna_internacional,1114948/brasil-abandona-celac.shtml) >. Acesso em: 25 de maio de 2023.

ESTEVES, João Pissarra. **Opinião pública e democracia na sociedade de informação**. BOCC-Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1997.

FERNANDES, Fabio Fra; ROSA, Ronaldo da. **A IMPORTÂNCIA DA OPINIÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE POLÍTICA**. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 10, 2018.

FERREIRA, Fernanda Vasques. **Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação**. Debate, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2015.

FERREIRA, Gustavo Jordan. **Opinião pública e política externa: do consenso de Almond-Lippmann às redes sociais**. Cadernos Argentina Brasil, v. 10, 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **A América do Sul como prioridade: A política externa do governo Lula/PT (2003-2010)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 8, 2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena**. Revista Diálogo Educacional, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.

GOMES, Aureo de Toledo. **Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens**. Revista Política Hoje, v. 20, 2011.

HOLSTI, Ole R. **Public opinion and foreign policy: Challenges to the Almond-Lippmann consensus**. International studies quarterly, v. 36, n. 4, p. 439-466, 1992.

LATINOBARÓMETRO. **Corporación Latinobarómetro**. Disponível em: < <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp> >. Acesso: 04 de junho de 2023.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. 1922.

LOPES, Enize Neves. **Operação Condor e ditaduras na América Latina: entenda**. 2022. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/operacao-condor/> >. Acesso em: 11 de abril de 2023.

MATEUS, Samuel. **A Estrela (De) Cadente: uma breve história da opinião pública**. Estudos em Comunicação, v. 4, 2008.

MELLO, Daniel. **Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos**. AgênciaBrasil, São Paulo, 04 de junho de 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos> >. Acesso: 04 de julho de 2023.

MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Universidade de Brasília, 2003.

MOURA, Gerson; OLIVEIRA, Gustavo. **A política externa de Jair Bolsonaro: alinhamento ideológico com os Estados Unidos e suas implicações regionais**. Carta Internacional, 2020.

NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites**. Lutas Sociais, n. 24, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ORTEGA, Isabella; RIZZI, Kamilla Raquel. **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO: RUPTURA, IMPREVISIBILIDADE E INCOERÊNCIA (2019)**. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 11, n 2, 2020.

PACE, Eric. George H. **Gallup is dead at 82; pioneer in public opinion polling**. The New York Times, 1984. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1984/07/28/obituaries/george-h-gallup-is-dead-at-82-pioneer-in-public-opinion-polling.html>>. Acesso em: 10 de abril. de 2023.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

POMER, Leon. **As independências na América Latina**. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAMALHO, Antônio Jorge. **A política externa do governo Bolsonaro: entre o alinhamento com os EUA e a rejeição aos multilateralismos**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2019.

RAMALHO, Antônio Jorge. Palestra proferida no III Seminário Nacional: As Transformações na Ordem Nacional Internacional e os Desafios na Política Externa Brasileira, UEPB, João Pessoa, maio 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T9u-IGXYD1I>>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

RAMOS, Danielly Silva; FREITAS Marcos Vinícius de. **Política Externa Brasileira no Século XXI: Os Primeiros Anos (2003-2010)**. Revista Contexto Internacional, 2014.

SÁ, Mara Abelha de. **Os BRICS e a sua relação com a política externa brasileira nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)**. Orientador: Caio Csermak. 2022. 23 f. TCC (Graduação) - Curso, Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, 2013.

SILVA, Danielle Costa da; FONTES, Pablo; LUZ, Cristina Rego Monteiro da; OLIVEIRA, Alana; REZENDE, Taísa. **MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA: A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 2015.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 4, 2011.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. Companhia das Letras, 2019.

UNASUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. 2020 Disponível em: <  
<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira**. Meridiano 47-Journal of Global Studies, v. 20, 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. In: Contexto internacional, 29 (2): 273-335, 2007.

WADDELL, D. A. G. A política Internacional e a independência da América Latina. In.: Bethell, Leslie. **História da América Latina**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, FUNAG, 2009.

ZALLER, John. **The nature and origins of mass opinion**. Cambridge university press, 1992.